

PARECER JURÍDICO - 009/2025

I - RELATÓRIO

Trata-se de pedido de parecer jurídico formulado pelo Setor de Licitação/SEFAZ, através do Memorando nº 018/2026, referente a solicitação de um parecer acerca da **retificação do edital** do Processo Licitatório nº 201/2025, cujo objeto consiste na contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços técnicos de engenharia para a operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Cataguases/MG, abrangendo os setores administrativo, comercial, de operação e manutenção, bem como os sistemas de tratamento de água e esgoto, na modalidade CONCORRÊNCIA na forma presencial nº 033/2025, Tipo Menor Preço Global.

A retificação promovida refere-se, especificamente, ao **item 8.17.3 do edital**, atinente à **qualificação técnica**, conforme demanda apresentada pelo Secretário Municipal de Fazenda.

Esclarece-se que a data inicialmente indicada no edital para a abertura da sessão pública constitui mera previsão administrativa, estando condicionada à efetiva publicação do instrumento convocatório no Jornal do Município de Cataguases.

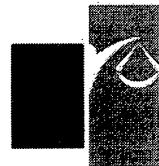
A retificação ora analisada tem por finalidade justamente adequar o cronograma do certame à data real de publicação, de modo a assegurar a observância integral do prazo mínimo de 25 dias úteis, exigido pelo art. 55 da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão da natureza especial do serviço licitado.

Passo a opinar.

2 - FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

No caso em análise, a retificação limitou-se ao aperfeiçoamento do requisito de qualificação técnica, sem modificação do objeto da licitação, o que se revela juridicamente admissível e compatível com a finalidade de assegurar a seleção da proposta mais vantajosa e de prestador tecnicamente apto à execução de serviço de elevada complexidade e relevância pública.





O objeto licitado envolve serviços técnicos especializados de engenharia, relacionados à operação e manutenção de sistemas essenciais de abastecimento de água e esgotamento sanitário, caracterizando-se como **serviço de natureza especial**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Nesse contexto, a exigência de qualificação técnica mais específica mostra-se **razoável, proporcional e necessária**, desde que diretamente relacionada ao objeto e não restrinja indevidamente a competitividade, o que, à vista dos elementos apresentados, não se verifica.

A retificação do item 8.17.3 do edital, portanto, encontra respaldo jurídico, na medida em que visa assegurar a adequada capacidade técnica da futura contratada, em consonância com o interesse público e a segurança na execução contratual.

Considerando a natureza especial do serviço, foi corretamente observado o **prazo mínimo de 25 dias úteis** entre a publicação do edital e a data de abertura da sessão pública, conforme determina o **art. 55 da Lei nº 14.133/2021**.

Ressalte-se que a indicação de data no edital possui caráter estimativo, estando condicionada à efetiva publicação do instrumento convocatório. Na hipótese de alteração da data de publicação, a Administração compromete-se a promover a correspondente retificação da data da sessão, de forma proporcional, garantindo o integral cumprimento dos prazos legais, o que se mostra juridicamente adequado.

III. CONCLUSÃO

Diante do exposto, **opino pela regularidade jurídica da retificação do edital** do Processo Licitatório nº 201/2025, notadamente quanto à alteração promovida no item 8.17.3, referente à qualificação técnica, por se encontrar em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, bem como com os princípios que regem as licitações e contratos administrativos.

É o parecer

Cataguases, 08 de janeiro de 2026.


Marcella Cristina Andrade Oliveira
Procuradora do Município - OAB/MG 246.001